FATORES PSICOSSOCIAIS E SUA ASSOCIAÇÃO COM CAPACIDADE PARA O TRABALHO E SAÚDE MENTAL EM POLICIAIS MILITARES

PSYCHOSOCIAL FACTORS AND THEIR ASSOCIATION WITH WORK CAPACITY AND MENTAL HEALTH IN MILITARY POLICE OFFICERS

Mariane Oliveira Ferreira Sales[1]
Alline Alves de Sousa[2]
Williane Martinho Roberto[3]
Mirian Angélica Martins[4]
Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra[5]

[1] Terapeuta Ocupacional. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Participação Social e Saúde (NETRAS). Uberaba, Minas Gerais, Brasil
[2] Psicóloga. Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil
[3] Terapeuta Ocupacional. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Participação Social e Saúde (NETRAS). Uberaba, Minas Gerais, Brasil
[4] Psicóloga. Programa de Pós-Graduação em Ocupação e Cotidiano. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Participação Social e Saúde (NETRAS). Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil
[5] Terapeuta Ocupacional. Programa de Pós-Graduação em Ocupação e Cotidiano. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Participação Social e Saúde (NETRAS). Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil

SALES, M.O.F; SOUSA, A.A; ROBERTO, W.M; MARTINS, M.A; DUTRA, F.C.M.S. *Fatores psicossociais e sua associação com capacidade para o trabalho e saúde mental em policiais militares*. Laborativa, v. 15, n. 2. p. 52-77, out./2026. http://ojs.unesp.br/indexphp/rlaborativa

Resumo: Diante das condições de trabalho desfavoráveis de policiais no Brasil, este estudo analisou a associação entre capacidade para o trabalho, fatores psicossociais do trabalho e autopercepção de saúde mental de policiais militares. Foram avaliadas informações sociodemográficas, ocupacionais e de hábitos de vida; autopercepção de saúde; fatores psicossociais do trabalho; e capacidade para o trabalho de 98 policiais militares de um municipio de médio porte do interior de Minas Gerais. A amostra foi composta principalmente por homens. A maioria possuía curso superior e avaliava sua saúde mental como muito boa ou boa. O índice de capacidade apresentou média de 41,58 pontos (DP=7,28). Os resultados mostraram que a capacidade para o trabalho apresentou correlação significativa, mas de baixa magnitude com demanda e suporte social. Estas associações indicam que policiais com alta demanda e pouco suporte social no trabalho apresentaram pior capacidade para o trabalho, indicando a necessidade de melhorias na organização do trabalho, por meio de intervenções sobre as condições e ambientes de trabalho, que sejam capazes de trazer consequências positivas para a saúde e o bem-estar dos policiais.

Palavras-chave: Capacidade de trabalho, Condições de trabalho, Saúde do trabalhador, Saúde mental, Polícia.

Resumen: Dadas las condiciones laborales desfavorables de los agentes de policía en Brasil, este estudio analizó la asociación entre la capacidad laboral, los factores psicosociales en el trabajo y la autopercepción de la salud mental entre los agentes de la policía militar. Se evaluó información sociodemográfica, ocupacional y de estilo de vida; la autopercepción de la salud; los factores psicosociales en el trabajo; y la capacidad laboral de 98 agentes de la policía militar de un municipio de

tamaño mediano en el interior de Minas Gerais. La muestra estuvo compuesta principalmente por hombres. La mayoría tenía un título de educación superior y calificó su salud mental como muy buena o buena. El índice de capacidad tuvo un promedio de 41,58 puntos (DE = 7,28). Los resultados mostraron que la capacidad laboral presentó una correlación significativa, pero de baja magnitud, con las demandas laborales y el apoyo social. Estas asociaciones indican que los agentes de policía con altas demandas laborales y poco apoyo social en el trabajo presentaron una capacidad laboral peor, lo que indica la necesidad de mejoras en la organización del trabajo a través de intervenciones en las condiciones y entornos laborales que puedan traer consecuencias positivas para la salud y el bienestar de los agentes de policia.

Palabras clave: Evaluación de Capacidad de Trabajo, Condiciones de Trabajo, Salud Laboral, Salud Mental, Policia.

Abstract: Given the unfavorable working conditions of police officers in Brazil, this study analyzed the association between work capacity, psychosocial factors at work, and self-perception of mental health among military police officers. Sociodemographic, occupational, and lifestyle information; self-perception of health; psychosocial factors at work; and work capacity of 98 military police officers from a medium-sized municipality in the interior of Minas Gerais were evaluated. The sample was mainly composed of men. The majority had a higher education degree and rated their mental health as very good or good. The capacity index had an average of 41.58 points (SD=7.28). The results showed that work capacity presented a significant, but low-magnitude, correlation with work demands and social support. These associations indicate that police officers with high work demands and little social support at work presented poorer work

capacity, indicating the need for improvements in work organization through interventions on working conditions and environments that can bring positive consequences for the health and well-being of police officers.
Keywords: Work capacity, Working conditions, Occupational health, Mental health, Police.

1 Introdução

No Brasil, a população enfrenta um crescimento das diversas formas de violência e de criminalidade levando a um aumento na demanda e na complexidade das ações de promoção de segurança pública desenvolvidas pela Polícia Militar (PM). Este aumento está vinculado ao elevado risco de doenças, acidentes e mortes, configurando o trabalho policial como uma das profissões mais expostas ao perigo (Ferreira; Bonfim; Augusto, 2012). Aliado a este contexto social, estudos mostram que as condições de trabalho de policiais militares no país são desfavoráveis por envolverem jornadas de trabalho prolongadas, número insuficiente de trabalhadores e intensa pressão psicológica para seguir totalmente e sem exceções a disciplina militar que controla a estrutura organizacional (Dias; Siqueira; Ferreira, 2023; Minayo; Assis; Oliveira, 2011). Essa realidade contribui para o elevado nível de adoecimento mental entre os trabalhadores desta categoria profissional (Lipp; Costa; Nunes, 2017).

A saúde mental do policial militar é influenciada por fatores individuais, organizacionais, ambientais, sociais e aspectos inerentes ao próprio trabalho, mas as situações de exposição ao estresse estão associadas principalmente às interações interpessoais marcadas por hostilidade e preconceito de gênero. Por isso, as mulheres podem apresentar maior incidência de transtornos mentais nesse contexto ocupacional (Alves et al., 2021). Destacam-se os baixos salários, a falta de capacitação ou pouco tempo de treinamento que contribuem para a ausência de aprimoramento das técnicas de abordagem para lidar com os diversos conflitos sociais que aumentam consideravelmente a complexidade

do trabalho, além da falta de manutenção preventiva em equipamentos como armas, fardas, coletes e viaturas (Ferreira et al., 2012; Marçal; Schlindwein, 2020; Minayo et al., 2011). Há ainda, a desvalorização e a falta de reconhecimento da atuação da PM por parte da sociedade. Diante do exposto, o policial convive em seu cotidiano laboral com inúmeros desafios que podem trazer um impacto negativo à sua saúde psíquica (Fontana; Matos, 2016; Hansson; et al., 2017; Ferreira; Dutra, 2017).

Neste contexto, torna-se importante investigar a relação entre os fatores psicossociais do trabalho e a percepção de saúde mental de policiais militares para que seja possível propor medidas capazes de prevenir o adoecimento psíquico desses trabalhadores. Os fatores psicossociais do trabalho apresentam natureza complexa, sendo definidos como riscos ou fatores psicossociais que resultam da interação entre aspectos organizacionais do trabalho e seus contextos sociais e ambientais que podem causar sofrimento psíquico e doenças em policiais militares que trabalhavam em atividades de alta exigência (Ferreira, et al., 2017; Ferreira; Dutra, 2017). Esses fatores são objeto de estudo de diversas abordagens teórico-metodológicas, sendo difícil encontrar uma definição comum nos estudos da área, tendo em vista que o conteúdo e o contexto laboral são muito amplos na atualidade, mas há um consenso geral que indica que os fatores psicossociais do trabalho são resultantes da interação entre indivíduo, suas condições de vida e suas condições de trabalho, sendo capazes de exercer influência tanto sobre o desempenho, como sobre a satisfação laboral e a saúde do trabalhador (Oliveira; Guimarães, 2022). Especialmente, quando esses fatores são decorrentes de uma organização de trabalho precária e de condições de trabalho que compreendem excesso de tarefas, alta exigência, falhas na comunicação, falta de apoio social, violência e dificuldade nos relacionamentos interpessoais, resultantes de processos e políticas de gestão desqualificada (Carvalho, 2016).

Dessa forma, os fatores psicossociais podem influenciar tanto o desempenho dos trabalhadores como das organizações em diferentes grupos ocupacionais (Alcântara et al., 2009; Martins et al., 2024). Estes fatores podem impactar na elevação dos índices de absenteísmo, de afastamento do trabalho por incapacidades temporárias ou permanentes, de aposentadoria, de envelhecimento precoce, além de gerar um declínio

da qualidade de vida do profissional, o que pode prejudicar a sua capacidade para o trabalho (Teixeira et al., 2015; Martins et al, 2024).

Reconhecendo a importância de equilibrar características laborais com aspectos individuais, a Organização Mundial da Saúde tem como um dos objetivos para a promoção da saúde do trabalhador, o incentivo a ações de promoção e manutenção da Capacidade para o Trabalho (CT) (World Health Organization, 2000). A CT é um construto multidimensional e dinâmico que representa o equilíbrio entre recursos humanos e demandas de trabalho em um determinado contexto. A CT traduz-se na ideia do indivíduo ser capaz de se manter no trabalho ao longo da vida e associa-se ao bem-estar, às condições de saúde e funcionalidade do ser humano (GOULD et al., 2008; Tuomi, et al., 2005). Assim, a CT é uma condição resultante da combinação entre recursos humanos em relação as demandas físicas, mentais e sociais do trabalho, cultura organizacional e ambiente de trabalho. Esta é definida como o quão bem está, ou estará, um(a) trabalhador(a) presentemente ou num futuro próximo, e quão capaz ele ou ela pode executar seu trabalho em função das exigências, de seu estado de saúde e capacidades físicas e mentais (Tuomi et al., 2005).

A CT é, portanto, um indicador importante por abranger aspectos relacionados à saúde física do trabalhador, seu bem-estar, sua competência individual, bem como as condições e a organização do trabalho. Estudos que avaliaram esta variável em policiais apontam para um alto percentual de militares com capacidade para o trabalho baixa ou moderada (Berria et al., 2011; Brito; Daronco, 2018; Oliveira et al., 2017). A percepção de baixa ou moderada capacidade para o trabalho pode estar relacionada com o adoecimento mental, absenteísmo, afastamento do trabalhador e diminuição da qualidade de vida (Bravo et al., 2016; Dutra et al., 2016).

Estudos com trabalhadores de diferentes segmentos ocupacionais, especialmente servidores públicos, confirmam que fatores psicossociais do trabalho e autopercepção de saúde positiva são importantes para a manutenção de uma capacidade para o trabalho adequada ao longo da vida (Alcântara et al., 2014; Rostamabadi et al., 2017). No entanto, existem poucas evidências empíricas na literatura que analisam o impacto dos fatores psicossociais do trabalho e da autopercepção de saúde mental na

capacidade para o trabalho de policiais (Francisco et al., 2022). Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar a associação dos fatores psicossociais do trabalho e da autopercepção de saúde mental com a capacidade para o trabalho de policiais militares de um municipio de médio porte do interior de Minas Gerais.

2 Método

2.1 Delineamentos, Lócus de pesquisa e Participantes

Estudo observacional, com delineamento seccional, desenvolvido em uma amostra por conveniência composta por policiais militares de um Batalhão de Polícia Militar (BPM) localizado em um municipio de médio porte, do interior do Estado de Minas Gerais. Esta cidade está localizada na Mesorregião do Triângulo Mineiro e possui população estimada de 330.361 pessoas. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), é o sexto maior polo econômico e sexto maior gerador de empregos formais do Estado de Minas Gerais (Ministério do Trabalho E Emprego, 2022).

Segundo dados da própria Polícia Militar de Minas Gerais - MMG, em dezembro de 2015 haviam 586 policiais na ativa neste município. A estimativa de tamanho da amostra considerou um nível de confiança de 95%; erro máximo desejado de dois pontos; e um desvio-padrão médio, estimado em um estudo piloto, igual a 7,29 pontos, totalizando uma amostra mínima de 94 indivíduos. Foram excluídos da amostra os policiais aposentados, afastados do desempenho de suas funções e que exercem atividades administrativas. Sendo assim, a amostra final foi composta por 98 policiais militares de ambos os sexos e ativos no trabalho por pelo menos dois anos, partindo-se do princípio que esses participantes teriam condições para avaliar os fatores psicossociais do trabalho, a autopercepção de saúde mental e a capacidade para o trabalho.

2.2 Instrumentos

A parte inicial do questionário coletou informações sociodemográficas, ocupacionais e de hábitos de vida. O questionário sociodemográfico continha itens sobre sexo, idade, estado civil, número de filhos e escolaridade. O questionário de dados ocupacionais apresentava itens referentes ao tempo de trabalho como policial militar e no atual BPM, ao número de turnos, às horas de trabalho por dia e à carga horária semanal. Os hábitos de vida foram avaliados por meio de itens referentes à prática de atividade física regular, ao hábito de fumar e às horas de sono por noite.

Para avaliar a autopercepção de saúde mental, o instrumento da pesquisa incluiu a seguinte questão "Como você avalia sua saúde mental nos últimos 30 dias?". Esta questão foi respondida por meio de uma escala do tipo *likert* de cinco pontos, variando de muito boa a muito ruim. Para fins de comparação, as categorias muito boa e boa foram agrupadas, assim como as categorias regular, ruim e muito ruim.

Para mensurar os fatores psicossociais do trabalho foi utilizado o Questionário sobre o Conteúdo do Trabalho *Job Content Questionnaire* (JCQ) traduzido e validado para o português por Araújo e Karasek (2008). Este instrumento de medida é composto por 49 itens que compõem os seguintes fatores: (a) demandas psicológicas; (b) demandas físicas; (c) controle no processo de trabalho, incluindo o uso de habilidades, autonomia e autoridade para tomada de decisões; (d) apoio social de chefes e colegas de trabalho; (e) insegurança no trabalho; (f) qualificação exigida para o trabalho executado. As respostas ao JCQ estão dispostas em uma escala que varia de 1 a 4 pontos, sendo 1 = discordo fortemente; 2 = discordo; 3 = concordo; 4 = concordo fortemente. Este instrumento permite o cálculo de três escores: controle sobre o trabalho, demanda psicológica e suporte/apoio social no trabalho. Posteriormente, estes três escores obtidos são combinados resultando nas classificações do trabalho como trabalho ativo, trabalho passivo, trabalho de baixa exigência e trabalho de alta exigência, as quais podem resultar em um trabalho que promove motivação e bem-estar ou risco de adoecimento.

A capacidade para o trabalho foi avaliada por meio da versão traduzida e validada para o Brasil do Índice de Capacidade para o Trabalho (ICT) por Tuomi e colaboradores em 2005 (Tuomi et al., 2005). O ICT é composto por sete dimensões: (a) capacidade para o trabalho atual e

comparada com a melhor de toda a vida; (b) capacidade para o trabalho em relação às exigências do trabalho; (c) número atual de doenças autorreferidas e diagnosticadas por médico; (d) perda estimada para o trabalho devido a doenças; (e) falta ao trabalho por doenças; (f) prognóstico próprio sobre a capacidade para o trabalho; (g) recursos mentais. Estas dimensões fornecem um escore final que varia de 7 a 49 pontos, sendo que escores mais altos indicam melhor capacidade para o trabalho. Seu escore também permite classificar a capacidade para o trabalho em quatro níveis: baixa capacidade para o trabalho (7 a 27 pontos), capacidade moderada (28 a 36 pontos), boa capacidade (37 a 43 pontos) e ótima capacidade (44 a 49 pontos).

2.3 Aspectos Éticos e Procedimentos

Este estudo foi autorizado pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Polícia Militar de Minas Gerais e pelo comando do BPM, bem como aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, sob número de registo CAAE 46357215.2.0000.5154.

A coleta de dados foi realizada no mês de dezembro de 2015, ao longo de uma semana. Os participantes foram esclarecidos em relação aos objetivos e métodos do estudo no momento anterior à realização dos exercícios físicos, que são atividades semanais obrigatórias para os policiais. Todos que concordaram em participar assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e responderam à pesquisa no próprio BPM, em uma sala reservada, de acordo com sua disponibilidade de tempo.

2.4 Tratamento e Análise de Dados

Os dados coletados foram submetidos à análise descritiva e a variável capacidade para o trabalho foi analisada pelo teste de normalidade de *Kolmogorov-Smirnov*. A força de associação entre fatores psicossociais e capacidade para o trabalho foi testada pelo coeficiente de *Spearman*. O teste *Mann-Whitney* foi utilizado para a comparação da capacidade para o trabalho entre as diferentes classificações de trabalho propostas pelo JCQ e as categorias da autopercepção de saúde mental. Todas as análises foram

realizadas no *software* SPSS (*Statiscal Package for the Social Science)* IBM®, versão 20.0, com nível de significância de 5%.

3 Resultados

Na Tabela 1, são apresentadas as características sociodemográficas, ocupacionais e de hábitos de vida dos participantes. A maioria era homem (88,8%), com idades entre 25 e 58 anos (média=37,44 anos; DP=7,00 anos), casada (72,4%) e com filhos (77,3%). Mais da metade (65,3%) tinha curso superior; 44,9% praticavam atividades físicas pelo menos três vezes na semana; 6,1% eram tabagistas e a amplitude de sono variou de 4 a 10 horas por noite (média=6,65 horas; DP=1,21). O tempo de trabalho médio como policial militar foi de 14,74 anos (DP=7,53), com jornada de 9,98 horas por dia (DP=2,12), sendo que 67,3% trabalhavam em dois turnos.

A Tabela 1 também apresenta a porcentagem das categorias da autoavaliação da saúde mental, dos fatores psicossociais e da capacidade para o trabalho. Do total de respondentes, 70,4% avaliaram sua saúde mental como muito boa ou boa, enquanto que 29,6% autoavaliaram sua saúde mental como regular, ruim ou muito ruim. Quanto aos aspectos psicossociais, 51,0% dos policiais apresentaram baixo controle sobre o trabalho, 42,3% alta demanda e 50,5% baixo suporte social. Ao agrupar estas categorias, verificou-se que 21,4% estavam submetidos a um trabalho de alta exigência (alta demanda e baixo controle); 24,5% apresentaram trabalho ativo (alta demanda e alto controle); 21,4% foram classificados com um trabalho de baixa exigência (baixa demanda e alto controle); e 32,7% apresentaram trabalho passivo (baixa demanda e baixo controle). 42,9% dos respondentes apresentaram alto "risco de adoecimento" e 57,1% tiveram o trabalho classificado como "motivador e que causava bem-estar". O índice de capacidade para o trabalho variou de 17 a 49 pontos, com média de 41,58 pontos (DP=7,28). De forma categórica, 22,4% dos trabalhadores apresentaram capacidade para o trabalho considerada ótima, 37,8% apresentaram capacidade boa e 29,6% estavam no grupo de policiais com capacidade para o trabalho considerada

moderada. Dez policiais (10,2%) foram avaliados com baixa capacidade para o trabalho.

Tabela 1. Características sociodemográficas, de hábitos de vida, ocupacionais, autoavaliação da saúde mental, fatores psicossociais e capacidade para o trabalho dos participantes.

Variável	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Sexo		
Feminino	11	11,2
Masculino	87	88,8
Escolaridade		
Ensino Médio Completo	27	27,6
Ensino Superior Completo	64	65,3
Especialização	6	6,1
Mestrado	1	1,0
Estado Civil		
Solteiro/a	15	15,3
Casado/a	71	72,4
Separado/a ou Divorciado/a	9	9,2
Viúvo/a	3	3,1
Idade	Média: 37,44 (DP=7,00)	
Hábitos de vida		
Sedentário/a	53	54,1
Tabagista	6	6,1

Menos de 8 horas de sono por noite	22	22,4
Dados ocupacionais		
Dois turnos	66	67,3
Renda complementar	9	9,2
Jornada diária de trabalho	Média: 9,98 (DP=2,12)	
Tempo no trabalho como PM	Média: 14,74 (DP=7,53)	
Autoavaliação da saúde mental		
Muito boa	18	18,4
Boa	51	52,0
Regular	27	27,6
Ruim	2	2,0
Fatores Psicossociais		
Alta demanda	41	41,8
Baixo controle	50	51,0
Baixo suporte/apoio	47	48,0
Risco de Adoecimento	42	42,9
Capacidade para o trabalho		
Ótima	22	22,4
Boa	37	37,8
Moderada	29	29,6
Baixa	10	10,2

Quando comparadas a capacidade para o trabalho e a autoavaliação de saúde mental entre os policiais, houve diferença significativa estatística ($p<0,001$; IC 95% = -12,58 a -7,62) indicando que os participantes que

percebem sua saúde mental como "regular a muito ruim" tinham pior capacidade para o trabalho do que os policiais que autoavaliaram sua saúde mental como "boa ou muito boa". Na comparação da capacidade para o trabalho com os fatores psicossociais, os policiais com maior demanda apresentaram capacidade para o trabalho significativamente pior do que os policiais com baixa demanda (p=0,016; IC 95% = 0,91 a 6,66). Não houve diferença estatística significativa entre capacidade para o trabalho e as variáveis controle, suporte social e risco de adoecimento no trabalho (p=0,531; p=0,304; e p=0,165, respectivamente) (Tabela 2).

Tabela 2. Comparação da capacidade para o trabalho e os grupos de percepção de saúde mental e fatores psicossociais dos policiais militares.

Variável	Capacidade para o trabalho Média (DP)	Valor p	Intervalo de Confiança (95%)
Percepção de Saúde Mental			
De boa a muito boa	40,07 (5,79)	**<0,001**	**-12,58 a -7,62**
De regular a ruim	29,96 (5,27)		
Fatores Psicossociais			
Alta demanda	34,80 (7,75)	**0,016**	**0,91 a 6,66**
Baixa demanda	38,58 (6,49)		
Alto controle	36,66 (7,53)	0,531	-2,11 a 3,74
Baixo controle	37,48 (7,08)		
Alto suporte social	37,80 (6,65)	0,304	-4,52 a 1,21
Baixo suporte social	36,14 (7,26)		

Motivação e bem estar	38,16 (7,63)	0,165	-4,83 a 1,04
Risco de Adoecimento	36,26 (6,96)		

Nota: Negrito: valor p e intervalo de confiança (95%) indicando diferenças significativas entre grupos.

A Tabela 3 apresenta as correlações entre as variáveis capacidade para o trabalho e fatores psicossociais do trabalho. A capacidade para o trabalho apresentou uma correlação significativa, mas de baixa magnitude com demanda e suporte social, tendo em vista que Cohen (1992) sugere que o poder de correlação deve ser interpretado da seguinte maneira, a correlação é considerada fraca quando o quando varia entre 0,10 e 0,29; a correlação é moderada quando varia entre 0,30 e 0,49 e a correlação é forte quando varia entre 0,50 e 1. Estas associações indicam que policiais com alta demanda e pouco suporte social no trabalho apresentaram pior capacidade para o trabalho (p=0,002; r=-0,315; e p=0,023; r=0,235, respectivamente). Não houve associação entre capacidade para o trabalho e controle sobre o trabalho (p=0,909; r=0,012).

Tabela 3. Correlação entre capacidade para o trabalho e fatores psicossociais em policiais militares

Fatores Psicossociais	Capacidade para o Trabalho	
	r	Valor p[1]
Controle sobre o trabalho	0,012	0,909
Demanda física e psicossocial	-0,315	**0,002**
Suporte/Apoio social	0,235	**0,023**

Nota: Negrito: valor p[1] de correlações significativas.

4 Discussão

As características sociodemográficas dos policiais avaliados mostraram uma amostra predominantemente masculina, com adultos jovens e de alta escolaridade, como encontrado em outros estudos sobre o perfil de policiais militares em diferentes regiões do Brasil (Brito; Daronco, 2018; Ferreira et al., 2012; Gonçalves et al., 2012; Guimarães et al., 2014). A predominância de policiais do sexo masculino pode ser ainda, reflexo da visão tradicional de divisão sexual do trabalho, que considera que mulheres não possuem força física nem capacidade de manter uma presença autoritária diante dos desafios apresentados aos policiais militares, mesmo que os resultados empíricos mostrem que não há diferenças significativas de gênero no desempenho das atividades laborais na área da segurança pública (Ffrench; Waugh, 2017). Os hábitos de vida e características ocupacionais também foram semelhantes a outras pesquisas que indicam alto percentual de sedentarismo entre policiais militares, poucas horas de sono por noite e extensa jornada de trabalho (Alcanfor; Costa, 2016; Gonçalves et al., 2012; Jorge et al., 2025; Liz et al., 2014; Minayo et al., 2011).

Diante dos resultados obtidos acerca dos hábitos de vida e das características ocupacionais dos participantes, reconhece-se a importância de os gestores de segurança pública facilitarem a realização de atividade física para os policiais durante o horário de trabalho, tendo em vista que grande parte dos policiais é sedentária e possui pouco tempo para a prática de exercícios. Lagestad e Van Den Tillaar (2014) também sugerem a realização de testes anuais obrigatórios de aptidão física, pois estes testes podem aumentar a motivação dos policiais para participar do treinamento físico, bem como pode contribuir para a prevenção do adoecimento físico e mental.

Quanto à percepção de saúde, vale ressaltar que na presente pesquisa a saúde não é mensurada somente pela ausência de doenças, mas apresenta também por uma carga determinada social e subjetivamente, a qual transcende o caráter puramente biológico. Esta perspectiva de saúde está presente também em outros estudos como os de Alcântara et al. (2014) e Dias e Oliveira (2013). Sendo assim, a autoavaliação não se limita a uma medida objetiva do estado de saúde uma vez que é influenciada por uma ampla variedade de fatores condicionantes, como aspectos culturais,

socioeconômicos, psicossociais e do ambiente de trabalho (Höfelmann; Blank, 2007).

Grande parte dos policiais militares entrevistados (29,6%) apresentou autopercepção negativa de sua saúde mental. Este percentual se aproxima dos valores encontrados na população brasileira. Segundo o IBGE, em 2013, 33,9% da população brasileira considerou sua saúde regular, ruim ou muito ruim, utilizando uma perspectiva de análise da própria saúde que se baseou na percepção do indivíduo acerca de aspectos biológicos, como a presença ou não de doenças diagnosticadas; mas também se baseou em elementos originados culturalmente, através de crenças, como ideias de comportamentos de risco e de prevenção à saúde (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013). Já em 2019, no Brasil, 28,1% da população com 18 anos ou mais, autoavaliaram seu estado de saúde como regular, e 5,8%, como ruim ou muito ruim (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020). Especificamente na Região Sudeste, 29,7% da população avaliou sua saúde como regular, ruim ou muito ruim, uma autoavaliação similar aos valores encontrados entre os policiais avaliados neste estudo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

Outra pesquisa realizada em Recife/PE por Ferreira e colaboradores (2008) identificou um total de 34,4% de policiais que autoavaliaram de forma negativa seu estado de saúde. Tais resultados são consonantes com o presente estudo que mostrou que policiais militares que autopercebem sua saúde mental como regular, ruim ou muito ruim, possuem valores significativamente menores de capacidade para o trabalho, isto é, policiais que autorrelataram sua saúde mental como "Regular a muito ruim" apresentaram pior capacidade para o trabalho, reforçando então a influência da saúde, em especial da autopercepção da saúde mental, na determinação da capacidade para o trabalho nesta população.

Com relação às correlações entre as variáveis capacidade para o trabalho e fatores psicossociais do trabalho que foram encontradas neste estudo, é importante destacar que outras investigações evidenciaram esta relação. Alcântara et al. (2014) verificaram que o contexto laboral pode ser influenciado pelas características da organização e do ambiente de trabalho, bem como por outros fatores, como hábitos de vida, suporte social e satisfação com a vida que, por sua vez, podem contribuir para o aumento

da capacidade para o trabalho. Em policiais, a literatura evidencia a associação entre percepção da saúde mental e fatores psicossociais de trabalho, o que pode levar à incapacidade funcional, falta de controle, baixa tolerância, atos agressivos e violentos, irritabilidade constante, distanciamento das situações sociais, estresse e, até, atos extremos como o suicídio (Cardoso et al., 2018; Couto et al., 2012; Oliveira et al., 2017; Oliveira; Santos, 2010; Sampaio; Augusto, 2012).

Evidências atuais sustentam a relação entre riscos psicossociais (demanda, controle, suporte) e capacidade para o trabalho, indicando que alta demanda reduz CT e que apoio social funciona como fator protetor para a saúde, CT e engajamento no trabalho (Andrade et al., 2024; Cardoso et al, 2023; Santos et al, 2021). Chaves (2023) aponta dados sobre afastamentos de policiais por adoecimento mental, sobrecarga de trabalho e estresse ocupacional, o que reforça a ideia de que a saúde mental influencia a capacidade para o trabalho. Como exemplo, uma recente revisão integrativa sobre os riscos psicossociais aponta para um quadro recorrente de adoecimento mental, manifestado principalmente por sintomas de estresse, ansiedade, depressão e Burnout entre policiais (Santos et al., 2025), reforçando a relevância de discussões sobre demanda, controle e suporte social entre PMs. Neste sentido, iniciativas de prevenção, como programas de escuta ativa, capacitação de lideranças e práticas de autocuidado, demonstram como políticas de treinamento, valorização e envolvimento, pode ter um potencial positivo influenciando o bem-estar dos policiais (Silva; Vieira, 2025).

Em relação à capacidade para o trabalho, apenas 22,4% dos policiais foram classificados com capacidade para o trabalho ótima e quase 40% com capacidade de moderada a baixa. Este percentual varia muito nos estudos já publicados que investigaram a capacidade para o trabalho de policiais militares. Berria et al. (2011) e Brito e Daronco (2018) avaliaram, respectivamente, 40,5% e 21,1% de policiais militares com capacidade para o trabalho de moderada a muito ruim. Uma capacidade para o trabalho ruim é considerada um problema na área da saúde do trabalhador estando associada a doenças e sintomas que geram o aumento de gastos para a assistência a estas doenças, bem como gera um aumento do número de afastamento por incapacidade e de aposentadoria precoce (Martinez et al.,

2010). Assim, a baixa capacidade para o trabalho indica a necessidade de medidas para sua restauração, principalmente, por meio de melhorias na condição, ambiente e organização do trabalho (Sampaio; Augusto, 2012; Tuomi et al., 2005). Promover ações que contribuam com a manutenção da capacidade para o trabalho pode implicar em consequências positivas para a determinação da saúde, competência e bem-estar dos policiais.

A necessidade de melhorias nas condições, no ambiente e na organização do trabalho é reforçada pelos resultados deste estudo que mostraram associação entre os fatores psicossociais e a capacidade para o trabalho dos policiais. A capacidade para o trabalho foi pior entre os militares com alta demanda e apresentou correlação positiva com apoio social. Estes dados são consistentes com estudos anteriores os quais constataram que ambientes de trabalho com alta demanda tiveram efeito direto na capacidade para o trabalho (Alcântara et al., 2014). Pesquisas que examinaram esta relação em policiais também indicaram redução da capacidade funcional e do desempenho no trabalho dos profissionais submetidos à alta demanda (Berria et al., 2011; Brito; Daronco, 2018).

Alta demanda apresenta um efeito indireto no estado geral de saúde do trabalhador (Alcântara et al., 2014), o que pode explicar a relação entre percepção de saúde mental ruim e baixa capacidade para o trabalho encontrada nos policiais deste estudo. Estes resultados confirmam o Modelo Demanda-Controle em que o trabalho em alta exigência concentra os maiores riscos à saúde dos trabalhadores e, em especial, contribuem para a ocorrência de transtornos mentais comuns (Mattos et al., 2017). Desta forma, aspectos psicossociais do trabalho como alta demanda são preditores negativos na capacidade de trabalho tanto por sua influência direta, como por seu impacto na percepção de saúde do trabalhador.

Por outro lado, os participantes que percebem mais suporte social de colegas e da chefia foram os policiais avaliados com melhor capacidade para o trabalho, destacando a área afetiva e relacional como um fator positivo no ambiente de trabalho. Isso indica que os instrumentos não materiais e os incentivos não financeiros envolvidos no processo de trabalho revelam-se como potentes dispositivos para manutenção e melhoria da capacidade para o trabalho (Mendes-Gonçalves, 1992; Silva; Vieira, 2025). O apoio social pode ter um efeito principal sobre a vida no trabalho, aliviando diretamente o estresse ou interagindo com fatores estressores, de

forma a atenuar seu impacto, sendo, portanto, uma ferramenta útil para a gestão de pessoas da segurança pública (Araújo et al., 2013).

Foram encontrados poucos estudos que investigaram o suporte social e sua relação com o trabalho de policiais. Dentre eles, destaca-se o estudo de Ferreira et al. (2012) que encontraram baixo suporte social em 59,8% dos policiais militares de Recife/PE. O suporte social pode contribuir como mediador das características psicossociais, de saúde e da capacidade para o trabalho, principalmente em um contexto com estrutura organizacional hierarquizada, como na polícia militar. O resultado deste estudo mostra que o suporte social adequado no trabalho, como melhor atitude dos supervisores em relação aos seus subordinados e o bom relacionamento entre colegas de trabalho, atua como preditor positivo da capacidade para o trabalho de policiais militares.

Ainda em relação aos aspectos psicossociais, existem evidências da interação entre falta de controle sobre o trabalho, diminuição da capacidade para o trabalho e perda de produtividade. No entanto, apesar do alto percentual de policiais militares com baixo controle em nosso estudo, este aspecto psicossocial não indicou associação significativa com a capacidade para o trabalho. De acordo com Van Den Berg e colaboradores (2011) este resultado pode estar relacionado à própria característica da atividade policial cujas exigências são externas e permitem pouca flexibilidade do trabalhador. Desta forma, as exigências do trabalho policial são pouco passíveis de controle pelo militar. Não obstante, é importante destacar que apenas o quadro de baixo controle sobre o trabalho apresentado pelos participantes já é relevante e deve ser analisado com cuidado pelas equipes de gestão e saúde ocupacional.

Alguns fatores podem limitar os resultados deste estudo e precisam ser apresentados. O delineamento transversal proporciona a associação das variáveis investigadas, porém restringe a discussão da relação causal. Assim, é importante analisar de forma longitudinal o impacto de fatores psicossociais e de aspectos de saúde mental na capacidade para o trabalho de policiais. Além disso, a amostra selecionada por conveniência pode limitar a representatividade do estudo. No entanto, houve ampla adesão dos trabalhadores e o perfil da amostra se assemelha ao perfil dos policiais militares descrito em outros estudos no Brasil (Brito; Daronco, 2018; Ferreira et al., 2012; Oliveira et al., 2017).

Considerações Finais

Este estudo corrobora o perfil sociodemográfico, de hábitos de vida e ocupacional de policiais militares no Brasil, com alto índice de sedentarismo, poucas horas de sono por noite, e alto percentual de percepção negativa de saúde mental. Os resultados ganham relevância quando mostram a associação da percepção de saúde mental e dos fatores psicossociais com a capacidade para o trabalho de policiais. A capacidade para o trabalho foi pior entre policiais militares com percepção negativa de saúde mental, o que reforça a relação entre saúde e desempenho nas atividades laborais. De forma específica, sugerem-se estudos futuros, com delineamento longitudinal, que possam investigar a direção desta relação e identificar possíveis fatores prognósticos de adoecimento mental entre policiais.

Os resultados também apontam para um decréscimo da capacidade para o trabalho em policiais com pouco suporte social e alta demanda de trabalho. Estes achados apontam para a necessidade de medidas preventivas e de restauração da capacidade para o trabalho dos policiais, por meio de melhorias na condição, ambiente e organização do trabalho. Em especial, recomenda-se o desenvolvimento de ações de treinamento e políticas de valorização de pessoal voltadas para os fatores psicossociais que promovam melhor distribuição da demanda de trabalho, estratégias de suporte e apoio social e práticas de promoção de qualidade de vida aos policiais militares.

Referências

ALCANFOR, L. M.; COSTA, V. A. Qualidade de vida no trabalho policial: as estratégias organizacionais para minimizar os impactos da privação de sono à saúde do Policial Militar que desempenha a radiopatrulha noturna. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 9, n. 1, p. 1-19, 2016. DOI: 10.29377/rebesp.v9i1.224.

ALCÂNTARA, M. A.; SAMPAIO, R. F.; ASSUNÇÃO, A. A.; SILVA, F. C. M. Work Ability: using structural equation modeling to assess the effects of

aging, health and work on the population of Brazilian municipal employees. **Work**, v. 49, n. 3, p. 465-472, 2014. DOI: 10.3233/WOR-131703.

ALVES, W. M. et al. Estresse e garantia do direito à saúde de policiais militares: uma revisão sistemática. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, p. e592101321597, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i13.21597.

ANDRADE, M. A.; ANDREWS, D. M.; SATO, T. O. Psychosocial work aspects, work ability, mental health and SARS-CoV-2 infection rates of on-site and remote Brazilian workers during the COVID-19 pandemic – a longitudinal study. **BMC Public Health**, v. 24, p. 2767, 2024. DOI: 10.1186/s12889-024-20233-1.

ARAÚJO, T. M.; KARASEK, R. Validity and reliability of the job content questionnaire in formal and informal jobs in Brazil. **Scandinavian Journal of Work, Environment & Health**, v. 34, n. 6, p. 52-59, 2008.

ARAÚJO, T. M.; BERNARDES, K.; JESUS, C. S. Associação entre aspectos psicossociais do trabalho e distúrbio musculoesquelético. In: SIMONELLI, A. P.; RODRIGUES, D. S. (org.). **Saúde e trabalho em debate: velhas questões, novas perspectivas**. Brasília: Paralelo 15, 2013. p. 193-221.

BERRIA, J.; DARONCO, L. S. E.; BEVILACQUA, L. A. Aptidão motora e capacidade para o trabalho de policiais militares do batalhão de operações especiais. **Salusvita**, v. 31, n. 2, p. 89-104, 2011.

BRAVO, D. S.; BARBOSA, P. M. K.; CALAMITA, Z. Absenteísmo e envelhecimento no contexto ocupacional do Policial Militar. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 14, n. 2, p. 134-142, 2016. DOI: 10.5327/Z1679-443520161915.

BRITO, E.; DARONCO, L. S. E. Capacidade para o trabalho e sua relação com desvios posturais de policiais da cidade de Santa Maria-RS. **Revista Científica Perspectiva Ciência e Saúde**, v. 3, n. 1, p. 98-107, 2018.

CARDOSO, E. S. et al. Dor lombar e incapacidade em policiais militares. **Fisioterapia em Movimento**, v. 30, n. 1, p. 1-8, 2018. DOI: 10.1590/1980-5918. 031.AO01.

CARDOSO, H. F.; OLIVEIRA, T. S.; SILVA, W. A.; ARAÚJO, T. M. Escala de Percepção de Suporte Social no Trabalho: estudo psicométrico na segurança pública. **Avaliação Psicológica**, v. 22, n. 3, p. 257-264, 2023. DOI: 10.15689/ap.2023.2203.24733.03.

CARVALHO, L. D. **Mapeamento dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho em policiais do 6º Batalhão de Polícia Militar do estado do Tocantins**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

CHAVES, S. C. **Mental health care of the military police and its impact on the implementation of public security policy: a study in the 21st military police battalion of Paraná**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná, 2021.

COHEN, J. A power primer. **Psychological Bulletin**, v. 112, n. 1, p. 155-159, 1992. DOI: 10.1037/0033-2909.112.1.155.

COUTO, G.; BRITO, E. A. G.; VASCONCELOS-SILVA, A.; LUCCHESE, R. Saúde mental do policial militar: relações interpessoais e estresse no exercício profissional. **Psicologia Argumento**, v. 30, n. 68, p. 185-194, 2012. DOI: 10.7213/psicol.argum.5896.

DIAS, C. A.; SIQUEIRA, M. V. S.; FERREIRA, L. B. Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 21, n. 1, p. e2022–0095, 2023. DOI: 10.1590/1679-395120220095.

DIAS, D. N. S.; OLIVEIRA, P. T. R. Qual a relação entre a saúde e a doença? **Revista do Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas**, v. 5, n. 2, p. 23-45, 2013.

DUTRA, F. C. M. S.; COSTA, L. C.; SAMPAIO, R. F. The influence of medical work leaves in the perception of health and quality of life of adult individuals. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 23, n. 1, p. 98-104, 2016. DOI: 10.1590/1809-2950/14900923012016.

FERREIRA, D. K. S.; AUGUSTO, L. G. S.; SILVA, J. M. Condições de trabalho e percepção da saúde de policiais militares. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 403-420, 2008.

FERREIRA, D. K. S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. S. Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 989-1000, 2012. DOI: 10.1590/S0104-12902012000400016.

FERREIRA, L. et al. Riscos de adoecimento no trabalho entre policiais militares de um batalhão de Brasília. **Gestão & Sociedade**, v. 11, n. 29, p. 1804-1829, 2017. DOI: 10.21171/ges.v11i29.2150.

FERREIRA, M. O.; DUTRA, F. C. M. S. Avaliação dos fatores psicossociais, saúde mental e capacidade para o trabalho em policiais militares de Uberaba/MG. **Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública**, v. 6, p. 133-151, 2017.

FFRENCH, M.; WAUGH, L. The weaker sex? Women and police work. **International Journal of Police Science and Management**, v. 1, n. 3, 2017. DOI: 10.1177/146135579800100305.

FONTANA, R. T.; MATTOS, G. D. Vivendo entre a segurança e o risco: implicações à saúde do policial militar. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 15, n. 1, p. 77-84, 2016.

FRANCISCO, D. R. M.; RODRIGUES, A. P. G.; PEREIRA, G. K. Riscos psicossociais na saúde mental de policiais militares. **Holos**, v. 38, n. 8, p. 1-17, 2022.

GOULD, R.; ILMARINEN, J.; JÄRVISALO, J.; KOSKINEN, S. **Dimensions of Work Ability: Results of the Health 2000 Survey**. Helsinki, 2008.

GONÇALVES, S. J. C.; VEIGA, A. J. S.; RODRIGUES, L. M. S. Qualidade de Vida dos Policiais Militares que Atuam na Área da 2ª CIA do 10º Batalhão Militar. **Revista Fluminense de Extensão Universitária**, v. 2, n. 2, p. 53-76, 2012.

GUIMARÃES, L. A. et al. Síndrome de Burnout e qualidade de vida de policiais militares e civis. **Revista Sul Americana de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 98-122, 2014.

HANSSON, J.; HURTIG, A. K.; LAURITZ, L. E.; PADYAB, M. Swedish Police Officers' Job Strain, Work-Related Social Support and General Mental

Health. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 32, n. 2, p. 128-137, 2017.
HÖFELMANN, D. A.; BLANK, N. Auto-avaliação de saúde entre trabalhadores da indústria do sul do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 5, p. 777-787, 2007.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde 2013: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas**. Rio de Janeiro, 2013.
IBGE. **Pesquisa nacional de saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal**. Rio de Janeiro, 2020.

JORGE, G. O. et al. Estilo de Vida e Saúde de Policiais Militares Operacionais e Administrativos: estudo comparativo e correlacional. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 19, n. 2, p. 372-391, 2025.

LAGESTAD, P.; VAN DEN TILLAAR, R. Longitudinal changes in the physical activity patterns of police officers. **International Journal of Police Science & Management**, v. 16, n. 1, p. 76-86, 2014.

LIPP, M. E. N.; COSTA, K. R. D. S. N.; NUNES, V. D. O. Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 46-53, 2017.

LIZ, C. M. et al. Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares**. Revista Cubana de Medicina Militar**, v. 43, n. 4, p. 467-480, 2014.

MARÇAL, H.; SCHLINDWEIN, V. Prazer e sofrimento na Polícia Militar: uma revisão de literatura. **Trabalho (En)Cena**, v. 5, n. 1, p. 111-135, 2020.

MARTINEZ, M. C.; LATORRE, M. R. D. O.; FISCHER, F. M. Capacidade para o trabalho: revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, supl. 1, p. 1553-1561, 2010.

MARTINS, L. D. T. B. et al. Work ability of school servants and the mediating effects between personal characteristics, work conditions, and sickness absence. **Work**, v. 77, n. 3, p. 919-931, 2024.

MATTOS, A. I. S.; ARAÚJO, T. M.; ALMEIDA, M. M. G. Interação entre demanda-controle e apoio social na ocorrência de transtornos mentais comuns. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, n. 48, p. 1-9, 2017.
MENDES-GONÇALVES, R. B. **Práticas de saúde: processos de trabalho e necessidades**. São Paulo: CEFOR, 1992.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília, 2022.

OLIVEIRA, C. S.; BARRETO, N. R. B.; JOIA, L. C. Qualidade de vida e capacidade de trabalho em militares alocados em um Batalhão de Engenharia e Construção. **Revista Higia**, v. 2, n. 1, p. 20-33, 2017.

OLIVEIRA, F. F.; GUIMARÃES, L. A. M. Fatores psicossociais no trabalho em psicologia no Brasil. **Estudos de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 167-177, 2023.
OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, L. M. Percepção da saúde mental em policiais militares. **Sociologias**, v. 12, n. 25, p. 224-250, 2010.

ROSTAMABADI, A.; ZAMANIAN, Z.; SEDAGHAT, Z. Factors associated with work ability index among nurses. **Journal of Occupational Health**, v. 59, n. 2, p. 147-155, 2017.

SAMPAIO, R. F.; AUGUSTO, V. G. Envelhecimento e trabalho: um desafio para a agenda da reabilitação. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 16, n. 2, p. 94-101, 2012.

SAMPAIO, R. F. et al. Work ability and stress in a bus transportation company. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 287-296, 2009.

SANTOS, F. B. et al. Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 12, p. 5987-5996, 2021.

SANTOS, W. L. et al. Impactos psicossociais do trabalho policial militar: riscos à saúde mental e estratégias de prevenção. **Revista Científica FAMAP**, v. 5, n. 5, 2025.

SILVA, I. S.; VIEIRA, V. G. Políticas de gestão de pessoas e bem-estar no trabalho policial militar. **RPCA**, v. 19, n. 2, 2025.
TEIXEIRA, J. R. B. et al. Associação entre aspectos psicossociais do trabalho e qualidade de vida de mototaxistas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 1, p. 97-110, 2015.

TUOMI, K. et al. **Índice de capacidade para o trabalho**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

VAN DEN BERG, T. I. et al. The importance of job control for workers with decreased work ability. **International Archives of Occupational and Environmental Health**, v. 84, n. 6, p. 705-712, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Workplace health protection and promotion in the policy and practice of social and health insurance institutions**. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, 2000.

Artigo apresentado em: 06/02/2026

Versão final apresentada em: 06/02/2026

Aprovado em: 28 / 09/2026